

MEIO AMBIENTE

Lei deflagra guerra no Congresso. De um lado os defensores do manejo florestal flexível. Do outro, ambientalistas que apóiam Medida Provisória restritiva

Disputa por florestas

Cristina Ávila

Da equipe do Correio

Que percentual das terras amazônicas pode ser desmatado legalmente e destinado à produção agropecuária? A discussão sobre este tema está levando o movimento ambientalista a começar hoje um confronto com a bancada ruralista no Congresso Nacional. O que motiva a disputa é o projeto do novo Código Florestal brasileiro, patrocinado, segundo os ambientalistas, pelos ruralistas. Hoje pela manhã, militantes liderados pelo Greenpeace realizam em Brasília o primeiro ato público para denunciar a proposta.

A programação do protesto está sendo mantida em sigilo. Às 10h os ambientalistas se reúnem no estacionamento do Teatro Nacional, de onde seguem para outro local, que não foi divulgado. "Queremos manter a legislação atual", exclama o diretor de Campanhas do Greenpeace, Délcio Rodrigues.

A estratégia é inédita na rotina das organizações não-governamentais: eles estão defendendo o texto da Medida Provisória 2.080-61, editada pelo governo federal. "Não é o texto de nossos sonhos, mas é razoável, democrático. Foi negociado com a sociedade, inclusive com os próprios ruralistas, e apresentado ao Executivo pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente", argumenta ele.

O deputado Moacir Micheletto quer que o percentual de áreas conservadas em propriedades rurais seja definido pelos Zoneamentos Ecológicos Econômicos (ZEE) aprovados pelos estados. Os ZEEs são instrumentos para o ordenamento da ocupação do solo, com informações que vão das condições de navegabilidade dos

Jorge Cardoso 13.11.97



TRECHO DA FLORESTA AMAZÔNICA DESMATADO: FAZENDEIROS QUEREM LIBERDADE; AMBIENTALISTAS, CONTROLE RÍGIDO

rios ao tipo de vegetação e aos recursos naturais disponíveis. Os ambientalistas consideram esse ponto uma concessão aos interesses regionais, facilidade que levará à redução das áreas de proteção do meio ambiente e à ampliação da devastação da natureza.

DEBATE EM CURSO

"O projeto dá margem para que, em algumas áreas, a floresta seja substituída por lavouras em até 80%", ressalta Adriana Ramos, uma das coordenadoras do Instituto Socioambiental (ISA). As ONGs temem que nos estados os Zoneamentos Ecológicos possam ser feitos de acordo com interesses econômicos lo-

cais, sem preocupações com o meio-ambiente.

De acordo com a Medida Provisória editada pelo governo, as propriedades rurais na Amazônia devem manter conservadas 80% das reservas legais de florestas e 35% dos cerrados. A conservação não significa que não possam ser exploradas economicamente, com a retirada de frutos nativos, por exemplo. Mas estão proibidas as derrubadas além dos limites definidos pela lei. A MP também proíbe a abertura de estradas ou construções de impacto em áreas de preservação permanente. Permite apenas pequenas obras, como picadas para dar acesso a rios, ou escavações para a colocação de bombas domésticas para

sucção de água por exemplo.

"Não estamos liberando o desmatamento, a minuta é apenas para discussão, até o dia 27 vou aceitar emendas ao anteprojeto", afirma Moacir Micheletto. "E, além disso, as propriedades rurais são apenas 25% da Amazônia, os outros 75% são áreas indígenas, unidades de conservação e terras públicas ou devolutas", acrescenta ele.

Os ambientalistas contestam: "Nem mesmo o Incra sabe o que são terras públicas", discorda Adriana Ramos. Ela lembra que o governo está investigando 93 milhões de hectares de propriedades rurais que estão sob suspeita de grilagem, o equivalente a mais de 3 mil propriedades rurais.